



Universidade de Brasília

**Universidade de Brasília – UnB**

**Instituto de Psicologia – IP**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB.**

**A COMUNICAÇÃO DO PROFESSOR COM O ALUNO SURDO:  
ENTRE GRITOS, CHOROS E DESEJOS.**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

**Universidade de Brasília – UnB**

**Instituto de Psicologia – IP**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS**

**Clênia Fabiana de Souza Lima**

**A comunicação do professor com o aluno surdo: entre gritos, choros e desejos.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Sueli de Souza Dias

**BRASÍLIA/2015**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Clênia Fabiana de Souza Lima**

**Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em \_28\_/\_11\_/2015.**

**Aprovada pela banca formada pelos professores:**

**Sueli de Souza Dias**

---

**Sueli de Souza Dias**

**Ana Paula Carlucci**

---

**NOME DO EXAMINADOR**

**Clênia Fabiana de Souza Lima**

---

**Clênia Fabiana de Souza Lima**

**BRASÍLIA/2015**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus por ter dado à oportunidade de elevar os meus conhecimentos e chegar até o final vencendo mais uma etapa.

## **AGRADECIMENTO**

À professora Sueli de Souza Dias pela orientação, paciência e atenção dispensada durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores, intérprete e aluno (a) surdo que gentilmente aceitaram participar deste estudo e que contribuíram bastante para a sua realização.

À professora Idelmara da sala de recursos, pela dedicação ao trabalho com o aluno (a) surdo e sua contribuição na realização da entrevista com a aluna.

À minha família, por todo carinho, paciência e apoio dispensado durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu namorado Enivaldo que foi um companheiro durante o processo de desenvolvimento do trabalho, contribuindo com o transporte sempre que necessário.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a comunicação entre o professor e o aluno surdo: entre gritos, choros e desejo, cujo objetivo é identificar como acontece o processo de comunicação entre o professor regente e o aluno surdo, tendo em vista que a maioria desses profissionais não domina a língua de sinais. Nesse sentido, foi realizada a pesquisa qualitativa, sendo utilizada a técnica de entrevista com os professores regente, a intérprete e uma aluna surda da escola de ensino fundamental são Judas (nome fictício). Diante dos estudos realizados foi possível perceber que a comunicação entre os professores e a aluna está limitada a gestos, expressões faciais, tentativa de oralidade e principalmente a uma dependência total da intérprete que vem acompanhando-a ao longo do seu processo de ensino aprendizagem. É fundamental que todos os professores do ensino regular dominem a língua de sinais para que os mesmos possam melhorar a qualidade do ensino oferecido para os educandos surdos.

**Palavras – chave:** Inclusão escolar; Surdez; Professor; Comunicação; Aprendizagem.

## **LISTA DE QUADRO**

Quadro 1 - Histórico sobre a surdez ao longo dos anos .....	13
Quadro 2 - Características dos professores participantes da pesquisa.....	23

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	11
<b>1.1 Histórico sobre a surdez</b> .....	11
<b>1.2 A Comunicação entre pessoas com surdez</b> .....	14
<b>1.3 Inclusão Escolar</b> .....	17
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	21
<b>2.1 Objetivo Geral</b> .....	21
<b>2.2 Objetivo específico</b> .....	21
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	22
<b>3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia</b> .....	22
<b>3.2 Contextos da pesquisa</b> .....	22
<b>3.3 Participantes da pesquisa</b> .....	23
<b>3.4 Materiais</b> .....	24
<b>3.5 Instrumentos de Construção de dados</b> .....	24
<b>3.6 Procedimentos de Construção de Dados</b> .....	25
<b>3.7 Procedimentos de Análise de Dados</b> .....	25
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	27
<b>4.1 Metodologias e estratégias utilizadas pelo professor regente para que se efetive a aprendizagem</b> .....	27
<b>4.2 A importância do intérprete na sala de ensino regular</b> .....	29
<b>4.3 A comunicação entre professor e aluno surdo</b> .....	30
<b>4.4 A avaliação de alunos surdos no contexto escolar</b> .....	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36
<b>APÊNDICES</b> .....	39
<b>Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada para os professores regentes da Escola</b> .....	39
<b>Apêndice B - Roteiro de entrevista do interprete</b> .....	40
<b>Apêndice C – Roteiro de entrevista do (a) aluno (a)</b> .....	41



## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa, que tem como tema a comunicação do professor com o aluno surdo, surgiu da minha experiência de trabalhar como docente com uma criança com deficiência auditiva (profunda), sempre me perguntei: como essa criança poderia aprender, já que a aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é fundamental para a comunicação com os demais e para o processo de alfabetização? Já que se faz necessário respeitar a língua natural e construir um ambiente propício para sua aprendizagem escolar, como poderia ajudar essa criança sem domínio de Libras? Estas foram algumas das questões que, inicialmente, mobilizaram-se em direção ao tema escolhido.

Por me sentir impotente na maioria das situações vivenciadas dentro de sala por essa criança, ao mesmo tempo em que ensinava o desconhecido e aprendíamos juntas, também me colocava com medo de lidar com reações inesperadas de *gritos, choros e desejos* que muitas vezes eram provenientes da impossibilidade de participar das atividades realizadas em sala. Como lidar com situações como essas, quando você não domina os conhecimentos e metodologias necessárias? Por esse motivo busquei através dessa pesquisa respostas para as seguintes questões:

Como se dá a comunicação entre professores, crianças e adolescentes inseridas na escola regular, tendo em vista que a maioria dos professores não domina a Língua de Sinais? Quais as metodologias utilizadas por esses professores para que realmente aconteça o desenvolvimento de suas potencialidades?

No ano de 2005 foi sancionado o decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005). Dentre as principais garantias instituídas destaca-se que:

Pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo. (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 9).

Diante do exposto, a proposta de educação bilíngue pauta a organização da prática pedagógica na escola comum, na sala de aula e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nesse sentido, Alves, Ferreira e Damázio (2010, p. 8) expõe:

É necessário pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a abordagem bilíngue e se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez na escola, é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender cada pessoa em suas potencialidades, singularidades e diferenças em seus contextos de vida.

Incluir as crianças e adolescentes surdos no ensino regular é dar a eles a oportunidade de desenvolver suas capacidades cognitivas. Nesse sentido é necessário envolvê-los no processo ensino aprendizagem possibilitando-os tornarem-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para atuar diretamente na sociedade na qual estão inseridos.

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de entender de que forma acontece a comunicação entre professores e alunos surdos da escola de Ensino Fundamental São Judas (**nome fictício**) e como essa comunicação interfere na aprendizagem dos mesmos. Espero poder encontrar respostas para meus anseios, e principalmente obter mais conhecimentos para consolidar a aprendizagem dessas crianças.

O referido trabalho está dividido em seis partes organizadas da seguinte forma: O primeiro tópico é formado pela apresentação que justifica a escolha do tema. O segundo trata da fundamentação teórica, destacando-se subitens como: um breve histórico sobre surdez; a comunicação entre pessoas com surdez e inclusão escolar. O terceiro tópico destaca o objetivo geral e os objetivos específicos. A metodologia traz o contexto da pesquisa, os participantes, materiais, instrumentos e procedimentos na construção de dados e procedimentos e análise de dados. Por fim, o tópico cinco retrata a análise e discussões da pesquisa. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente referencial teórico aborda as ideias de diferentes estudiosos que discutem a temática da educação inclusiva.

### 1.1 Histórico sobre a surdez

Durante anos as pessoas surdas foram consideradas incapazes e viveram a margem da sociedade. Delas eram retirados ou negados direitos básicos tais como: receber comunhão, confessar seus pecados ou frequentar a escola. Como já aconteceu com os diferentes tipos de deficiência, também as pessoas que não ouviam passaram por dificuldades sérias e muitas vezes foram rejeitadas em razão de uma concepção social de que estavam sendo castigadas por Deus. Somente por volta do final do século XVII que o escocês George Dalgarno chegou à conclusão que os surdos eram capazes de aprender e passou a descrever uma primeira possibilidade de alfabeto manual. Essa afirmação gerou alguma mudança na sociedade acerca das potencialidades dos surdos, mas ao mesmo tempo gerou controvérsias uma vez que a comunicação gestual não era a forma de comunicação aceita por todos, acreditando-se que todas as pessoas deveriam falar. (TEIXEIRA; CARVALHO, 2011).

No Brasil, talvez a primeira iniciativa em relação à educação dos surdos tenha sido em 1857, quando por ordem de D. Pedro II foi criado o Instituto dos surdos-mudos, no Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos. Desde então várias propostas foram surgindo, em termos de educação, e as concepções sobre as pessoas surdas foi modificando-se.

A partir da Declaração de Salamanca inúmeras ações no sentido de concretizar o processo de inclusão foram organizadas (FÁVERO et al., 2009). No entanto, foi somente com a publicação da Lei 10.436/2002, que foi reconhecido a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogo, a língua de sinais foi oficializada como a língua natural da comunidade surda, determinando que o ensino para surdos fosse ministrado por meio da Língua Libras. (BRASIL, 2002).

A legislação determina que deve ser oferecido ao aluno surdo o ensino de Libras desde os anos iniciais e a língua portuguesa como segunda língua. Assim, toda

escola regular com alunos com deficiência auditiva tem o direito de receber intérprete de Libras e material de apoio para as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado). (BRASIL, 2002).

Hoje existe uma grande discussão em torno da nomenclatura: deficiência auditiva ou surdez? A resposta vai depender da perspectiva que se utiliza para responder. De um ponto de vista anatômico e fisiológico pode-se afirmar que:

A deficiência auditiva ocorre quando há perda na sensibilidade aos sons produzida por alguma anormalidade no sistema auditivo. Ela pode ser uni ou bilateral. Uma ampla variedade de condições pode afetar a audição de crianças e adultos. O déficit auditivo pode estar relacionado à frequência (agudo ou grave) ou à intensidade dos sons (fraco ou forte) ou a ambos. (VILAR; LLERENA JÚNIOR, 2008).

Ainda nessa perspectiva, para o Ministério da Saúde “a deficiência auditiva, caracterizada pela perda total ou parcial da capacidade de ouvir, manifesta-se como surdez leve e moderada e surdez severa ou profunda (2008, p. 17)”. Essas são definições oficiais, normalmente utilizadas para questões de senso ou mesmo para inclusão em programas de benefícios sociais, incluindo-se cotas para pessoas com deficiência.

Por outro lado, em outra perspectiva, como assinalam Santana e Bergamo (2005), a nomenclatura passa também por uma questão ideológica. O surdo, aquele que nasceu sem ouvir, não quer ser reconhecido como alguém que tenha uma deficiência, mas como aquele que tem uma percepção própria do mundo. A diferenciada experiência sensorial de mundo, associada ao sentimento de discriminação social tem feito emergir a busca por reconhecimento de uma identidade cultural surda. Assim os autores afirmam:

Essa mudança de estatuto da surdez, de patologia para fenômeno social, vem acompanhada também de uma mudança de nomenclatura, não só terminológica, mas conceitual: de deficiente auditivo para surdo, ou ainda Surdo. Antes, os surdos eram considerados deficientes e a surdez era uma patologia incurável. Agora, eles passaram a ser “diferentes”. (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567)

Uma vez clarificados essas duas concepções sobre o não ouvir, e sem adentrarmos ao debate ideológico, seguimos apresentando um quadro demonstrativo do percurso histórico. O quadro 1 nos mostra um pouco do percurso histórico e das concepções sobre a surdez.

**Quadro 1 - Histórico sobre a surdez ao longo dos anos**

<b>Pensadores</b>	<b>Período Histórico</b>	<b>Principal Contribuição</b>
<b>Aristóteles</b>	(384-322 A.C.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Defendia que a consciência estava ligada aos sentidos dessa forma, os surdos, por não terem capacidade de ouvir e falar, eram vistos como seres incapazes de aprender.</li> </ul>
<b>Bartolo Della Marca D’Ancora</b>	Século XIV	<ul style="list-style-type: none"> <li>A primeira proposta de instruir os surdos por meio dos sinais e da oralidade.</li> </ul>
<b>George Dalgarno</b>	Metade do século XVII	<ul style="list-style-type: none"> <li>Constatou que os surdos tinham potencial para aprender e podiam alcançar os mesmos níveis que os ouvintes;</li> <li>Descreveu o sistema primitivo do alfabeto manual, denominado datilologia.</li> </ul>
<b>Charles Michel de L’Épée</b>	Em 1760  A partir de 1821	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundou em Paris a primeira escola para surdos, o Instituto nacional para Surdos-Mudos de Paris.</li> <li>Difundiu-se na América a American Sing Language (ASL) - Língua de Sinais Americana.</li> </ul>
	1857	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação do Instituto dos Surdos Mudos</li> </ul>
<b>William Holder e John Wallis.</b>	Por volta de 1960	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ambos se aprofundaram na escrita e na fala de pessoas surdas, assim, Wallis tornou-se o pai do método escrito na educação de surdos.</li> </ul>
<b>Lucinda Ferreira Brito</b>	1980 (Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciaram-se estudos que desencadearam no reconhecimento da Libras- Língua Brasileira de Sinais, em 2002, o que tem contribuído para a elevação do nível de escolaridade das pessoas surdas.</li> </ul>
<b>Decreto presidencial nº 5626</b>	2005 (Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Torna obrigatório a inclusão de Libras como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia.</li> </ul>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do artigo de Teixeira e Carvalho (2011).

Apesar de todos os direitos garantidos por lei, ainda há um caminho grande a se percorrer, pois, dentre as dificuldades encontradas por alunos surdos em classes regulares, destacam-se: a falta de recursos adaptados, parceria entre professores e intérpretes, intérpretes e professores que dominem a língua Libras, parceria família e escola. (TEIXEIRA; CARVALHO, 2011).

Até o presente momento foi retratado o percurso histórico sobre a deficiência auditiva ou surdez. Na próxima seção será realizada uma discussão sobre as possibilidades comunicativas das pessoas com surdez.

## **1.2 A Comunicação entre pessoas com surdez**

A comunicação é uma ferramenta importantíssima na vida de uma pessoa, e é por meio dela que expressamos nossos sentimentos e desejos. Sem ela fica difícil viver em sociedade.

As pessoas surdas comunicam-se, em grande parte, utilizando-se dos mesmos códigos ou expressões corporais dos ouvintes. Entretanto, como grupo, buscam exercer a comunicação por meio da língua de sinais. Mas em termos educacionais existem divergências quanto à melhor alternativa comunicacional para elas, uma vez que historicamente a educação de pessoas surdas se fundamentou por meio de três abordagens diferentes: a oralista, a língua de sinais e o bilinguismo, conforme enfatiza Kelman (2010).

### **➤ O oralismo**

As escolas (comum e especial) pautadas no *oralismo* tinham como objetivo capacitar a pessoa com surdez para a utilização da língua da comunidade ouvinte na modalidade oral. Na abordagem oralista existem duas maneiras de proporcionar a audição da criança surda. Dentre elas destacam-se o Implante Coclear e o aparelho de amplificação sonoro de uso individual- AASI. Este aparelho deve ser utilizado depois dos três primeiros meses de vida para que a criança possa desenvolver a sonoridade do ambiente por meio dos sons que estão a sua volta e, conseqüentemente, a fala. Sua eficácia se dá a depender do grau de deficiência de cada um. (KELMAN, 2010). Já para os surdos severos e profundos é aconselhável a cirurgia de Implante Coclear. Esse

mecanismo possibilita a audição de sons ambientais, e favorece a audição de sons da fala. Para Yamada e Bevilacqua (2005 apud KELMAN, 2010, p. 145):

A cirurgia implica na inserção de um dispositivo implantado no osso mastoide envolvidos por silicone e ligado a um receptor, que tem como função enviar os sinais para os componentes internos, de uma bobina e o microfone tem a função de captar os sons e convertê-los em sinais.

Para alguns estudiosos esse enfoque não favoreceu o pleno desenvolvimento das pessoas com surdez, pois, focalizava apenas o domínio da linguagem oral, negando os aspectos cognitivos, sócio afetivos, linguísticos, políticos e culturais. Além disso, por uma questão de características pessoal, nem todas as pessoas conseguem desenvolver plenamente esta oralidade. (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010).

#### ➤ **Língua de sinais**

Com relação às Línguas de Sinais (Libras), Alves, Ferreira e Damázio (2010, p. 14) destacam que:

As Línguas de Sinais são línguas naturais com estruturas complexas que utilizam o canal visual-espacial, com articulação das mãos e expressões faciais e do corpo, usadas para a comunicação entre pessoas surdas. [...]. As línguas de sinais possuem estruturas gramaticais próprias, compostas por aspectos linguísticos, fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático, possibilitando assim o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, favorecendo o acesso do mesmo aos conceitos e conhecimentos existentes na sociedade.

No Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida por meio da lei 10.436/2002, que estabelece que todas as pessoas surdas tenham direito e acesso ao seu aprendizado desde a educação infantil e ao longo das demais etapas da educação básica. (BRASIL, 2002). Assim, os sistemas educacionais têm que prover recursos para que o aluno surdo tenha condições de aprender simultaneamente Libras e a língua portuguesa escrita.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) busca suprir essa exigência, sendo oferecido ao aluno em Libras no horário oposto ao da escolarização comum. O AEE tem por objetivo contribuir para que os alunos com surdez participem das aulas, compreendendo o que é discutido pelo professor e interagindo com os colegas em sala.

É um trabalho complementar ao que está sendo feito na sala regular, retomando as ideias principais dos conteúdos trabalhados em sala. (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010).

### ➤ **O bilinguismo**

O bilinguismo consiste na educação de duas línguas distintas: a língua de sinais e a língua portuguesa oral e escrita. Tais línguas podem ser ensinadas em sala regular desde a educação infantil e ao longo do ensino fundamental. As duas línguas podem ser oferecidas concomitantemente ou de forma paralela.

A Libras é considerada a primeira língua do surdo e a Língua portuguesa a segunda. A aprendizagem da língua de sinais pode desenvolver a capacidade crítica e cognitiva fortalecendo a comunicação entre surdos e ouvintes. Essa aprendizagem deve acontecer de forma contextualizada possibilitando a criança a utilizá-la nos mais variados contextos e ambientes.

A Língua portuguesa deve ser oferecida por professores formados na área. No caso de ser ouvinte, o professor regente deve dominar a língua de sinais. Em relação ao ensino da língua oral, os professores precisam contar com a ajuda dos pais de alunos surdos e de profissionais como; fonoaudiólogo. Além do trabalho em conjunto feito por professores, pais e fonoaudiólogo a escola deve contar com uma estrutura adequada e materiais necessários como, por exemplo: sala de recursos, materiais visuais etc. Esses alunos devem estar em contato direto com os mais variados textos escritos, possibilitando o desenvolvimento da língua escrita.

### ➤ **Língua portuguesa**

O espaço escolar constitui-se como sendo o lugar de inserção das pessoas com surdez para a aquisição e desenvolvimento da língua portuguesa escrita nas mais variadas formas de uso.

A Língua portuguesa é conteúdo obrigatório das séries iniciais ao nível superior. Nela é possível estabelecer interações entre o eu e o outro, sendo um eficaz instrumento para a construção dos cidadãos e do espírito de nacionalidade. Assim como os ouvintes, as pessoas surdas precisam ter conhecimento do mundo a sua volta para que possam contextualizar o que está escrito e daí derivar sentido. Isso só é possível a partir do momento em que a Língua Portuguesa escrita é ensinada por meio do processo



de letramento, ou seja, buscando o desenvolvimento e aperfeiçoamento da língua em várias práticas sociais de interação verbal e discursiva. Nesse sentido é de fundamental importância desenvolver na criança a consciência da utilidade da escrita, estabelecendo a relação da palavra com as coisas, ou objetos (KUBASKI; MORAES, 2009).

A língua portuguesa é a segunda língua para uma pessoa surda. O conhecimento dela é obtido em condições distintas, pois depende do grau de surdez e do contato com a língua, e disso dependerá o nível de proficiência. As metodologias utilizadas para o ensino da língua portuguesa são de fundamental importância para que ocorra a aprendizagem de fato, dentre elas Damázio e Ferreira (2010, p. 55) destacam:

- a) Uma proposta didático-pedagógica que norteie um primeiro nível de ensino voltado para os processos iniciais de alfabetizar e letrar;
- b) Uma proposta didático-pedagógica para um segundo nível de ensino norteado aos processos intermediários de maior complexidade, em que os textos veiculados apresentarão estruturas, organização e funcionamento de razoáveis complexidades e promovam atos de ler, interpretar e escrever, segundo categorias mais elaboradas da língua padrão;
- c) Uma proposta didático-pedagógica de um terceiro nível, mais avançado, da apropriação da língua oficial escrita, em que o uso da língua esteja plenamente ao alcance da pessoa com surdez, que poderá produzir o processo de leitura e de escrita de gêneros textuais e discursivos em patamares de maior complexidade e elaboração, tornando-se sujeito de complexo nível.

Para tornar possível essa realidade, faz-se necessário repensar a forma como se aplica o currículo escolar, a fim de que a escola cumpra sua função no que diz respeito à formação de um ser pleno permitindo o desenvolvimento e acesso ao conjunto de conhecimentos para o exercício da cidadania.

### **1.3 Inclusão Escolar**

A variabilidade genética comum aos seres que apresentam reprodução sexuada permitiu a evolução da espécie humana. É essa característica que, além de garantir a manutenção e perpetuação de nossa espécie, possibilitou a existência de várias raças, com suas diferentes nuances (BEIGUELMAN, 2008, p.4). Em outras palavras, ainda que todos os seres humanos apresentem o mesmo número de cromossomos, ainda que sejam filhos dos mesmos pais, todos são diferentes entre si, possuem características

físicas e biológicas diferenciadas como, por exemplo: cor da pele, cor dos olhos, estatura.

Também o desenvolvimento subjetivo, a forma de relacionar-se com o outro, as concepções de mundo, todos esses aspectos, mesmos que constituídos em uma mesma cultura, ainda assim, são próprios de cada ser humano, com suas incontáveis variações (BEIGUELMAN, 2008, p.5). Se todos nós somos diferentes em tantos aspectos, devemos o ser também no que tange aos processos de aprendizagem. Assim, não pode ser exigido que todas as crianças aprendam da mesma forma, tenham elas uma deficiência ou não.

A aprendizagem ocorre por meio de diferentes possibilidades e para isso devem ser levados em consideração outros aspectos além da composição genética. É necessário que se considere, ainda, a socialização e os modos pelos quais ocorre o envolvimento com o ambiente. Isso equivale a dizer que importam as interações sociais construídas em diferentes espaços que extrapolam o convívio familiar, ou seja, fazem parte da escola e conseqüentemente de outros espaços sociais no qual a criança está inserida. A escola, como contexto propício à interação social, tem o papel de proporcionar a todos os educandos a oportunidade de se desenvolverem cognitivamente, mesmo que possuam limitações sejam elas físicas, sensoriais, psíquicas ou quaisquer outras.

A constituição federal em seu artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos. Da nossa Carta Magna deriva outros tantos aspectos legais que vão dando concretude às garantias de direitos diversos, dentre eles o da educação para pessoas com deficiência. Mas ainda há muito a se conquistar.

No âmbito da educação, tem-se, hoje, garantida a matrícula de crianças e jovens nas escolas comuns, em salas regulares. Mas apenas isso não é o suficiente, é preciso garantir não só a matrícula, mas a permanência e a aprendizagem efetiva, com a finalidade de tornar essas crianças e jovens pessoas conscientes, críticas e cidadãos com autonomia sobre a própria vida. Para que isso aconteça é preciso que toda comunidade escolar se empenhe em garantir o direito de todos à educação de qualidade. Conforme enfatiza o Art. 2º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC, 2001).

O processo de inclusão garante que todos tenham o direito de participar como membro ativo da sociedade, a começar pela escola. Nesse sentido, inúmeras ações são requeridas para que o processo inclusivo se faça efetivo, uma vez que *a escola só ensina a todos quando fica atenta às necessidades de cada um*. É necessário respeitar ritmos próprios e observar as capacidades diferenciadas, em vez de enfatizar as limitações. Para isso precisa desenvolver práticas pedagógicas que busquem alternativas para um processo de avaliação diferenciada, currículo, comunicação, ensino ativo e compromisso por parte dos professores. (CANDAUI; MOREIRA, 2007).

Incluir não significa apenas receber a criança na escola e oferecer um espaço na sala de aula esquecendo-a num canto. Significa proporcionar condições de permanência dessa criança dentro do contexto escolar. Isso só vai ser possível a partir do momento em que os profissionais das escolas estiverem preparados para compreender as diferenças individuais a partir de novas concepções. Estamos falando de respeito à diversidade, que significa dar oportunidades para que todos aprendam os mesmos conteúdos, com as devidas adequações, o que não quer dizer conteúdo mais fácil, porém apresentado a partir de estratégias que minimizem as dificuldades.

É importante desenvolver nas pessoas que convivem com crianças ou adolescentes com necessidades educacionais especiais –seja na família, em casa, no trabalho– uma postura de consciência de que todos nós temos nossas limitações e que cada um aprende de maneira diferente, o que não nos impede de conhecer o mundo a nossa volta, por meios de experiências individuais e em grupo. Nesse sentido, a família tem um papel fundamental na maneira de agir com a criança com deficiência, pois o primeiro contato social é no meio familiar e é aí que começam a se formar as primeiras impressões sobre si mesmo e sobre o mundo. A família deve acreditar na capacidade de aprendizagem desse membro de forma a possibilitar uma independência para que ele se sinta capaz de fazer parte ativa da sociedade na qual convive.

De outro lado, caberá à escola garantir a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas (BEYER, 2006, p.146). Por isso é tão importante investir na formação dos profissionais garantindo a “valorização do professor reflexivo e de uma formação de professores baseada na investigação; importância das culturas colaborativas, do trabalho em equipe, do acompanhamento”. Um professor com essas habilidades possivelmente

terá melhores condições de promover um bom aproveitamento da diversidade em sala de aula, no sentido de provocações criativas e desencadeantes de pensamento crítico em seus alunos com ou sem deficiência.

De acordo com Capovilla (2008, p. 2), “alunos que frequentam escolas para surdos aprendem mais e melhor, isso decorre da diferença crucial entre alunos surdos (cuja língua materna é Libras) e com eficiência auditiva (cuja língua materna é português)”. A educação de surdos na atualidade brasileira consiste na articulação, em contra turno, entre educação principal ministrada em Libras e Português escrito na escola ou classe específica para surdos (em presença de colegas surdos e sob professor fluente em Libras) e educação complementar sob professor fluente em libras) e educação complementar sob inclusão na escola comum.

A inclusão requer compromisso e participação de todos no processo de ensino e aprendizagem. Exige um projeto político pedagógico que realmente respeite a diversidade humana, *evitando a dicotomia alunos com deficiência e sem deficiência* e, acima de tudo, a ação conjunta de pais e professores capazes de compreender e lidar com as dificuldades transformando-as em molas propulsoras do desenvolvimento e não como obstáculos intransponíveis. A escola tem o dever de garantir que haja aprendizagem significativa e, que ao final de um ciclo de ensino, todas as crianças tenham adquirido as competências necessárias para o exercício da cidadania, e não sejam simplesmente aprovadas, passando ano a ano por uma turma como um fantasma. Conforme Booth (2012, p. 46) expõe, desejamos uma política educacional onde:

A inclusão permeie todos os planos da escola e envolva a todos. As políticas encorajam a participação das crianças e professores desde quando estes chegam à escola. [...] a política de suporte envolve todas as atividades que aumentam a capacidade de ambientação de responder à diversidade dos envolvidos nela, de forma a valorizar a todos igualmente.

Buscamos até o momento demonstrar ao leitor um conjunto de concepções sobre a surdez e as possibilidades educacionais inclusiva. Daqui para frente procuraremos demonstrar a partir da pesquisa empírica como tem sido o processo comunicativo no contexto educacional, as dificuldades e estratégia utilizadas na docência para alunos surdos.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar. (BRASIL, 2010).

- Diante da afirmativa acima a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar como tem acontecido o processo de comunicação entre professor e aluno surdo.

### **2.2 Objetivo específico**

- Analisar as estratégias utilizadas pelos professores para garantir a comunicação com o educando surdo;
- Identificar as dificuldades encontradas pelos professores de alunos surdos no que se refere à comunicação;
- Analisar como a qualidade da interação entre professor e aluno surdo pode facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia**

Esta pesquisa foi realizada com os professores de uma escola de ensino fundamental situada no município de Cruzeiro do Sul, possuindo um caráter social/educacional, de acordo com pressupostos da perspectiva qualitativa. Conforme o proposto por Ludke e André, (1986, p. 11) “a pesquisa qualitativa supõe contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra do trabalho intensivo de campo”.

O instrumento escolhido para a realização da pesquisa foi a entrevista semiestruturada, realizada com os professores regentes do Ensino Fundamental II, intérprete e alunos surdos da referida escola, a fim de obter informações sobre o tema em estudo.

#### **3.2 Contextos da pesquisa**

A instituição tem evidenciado em suas atividades uma preocupação com as questões sociais, tendo reconhecido padrão de qualidade e rigor desenvolvido no decorrer dos anos. Em seus 67 anos de história, tem um grande destaque em avaliações externas: SAEB/ PROVA BRASIL, sucesso nas olimpíadas brasileira de matemática, vitórias no esporte em níveis municipal, estadual e nacional.

A escola funciona em dois turnos, sendo pela manhã, das 07h00min às 11h15min min. E à tarde das 13h00min às 17h 15min. Em ambos os turnos há um horário de intervalo para recreação dos alunos.

Na dimensão do trabalho pedagógico, procura-se desenvolver nos alunos determinados valores, dando especial importância àqueles que são aprendidos na família, tais como: dignidade; respeito mútuo; justiça social; solidariedade; convivência pacífica em meios conflituosos e discordâncias individuais; diálogo; compreensão e cooperação dentre outros. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola para o ano de 2015, dentre seus objetivos estão:

- Promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, criando condições físico-sócio-pedagógicas que favoreçam seu efetivo aprendizado em

conformidade com o que reza a Resolução nº 02/2001 que assim prescreve no caput do Artigo 2º “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC, 2001, Art. 2º).

- Assegurar o respeito às diferenças sociais, culturais e as manifestações sociais, culturais e artísticas dos grupos negros e indígenas em consonância com o que reza o estatuto do índio que asseguram aos mesmos as condições de ingresso e permanência no ensino público e igual condição de técnico-profissional. (P.P.P. 2015)

### 3.3 Participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Ensino Fundamental situada em Cruzeiro do Sul- Acre, com os professores regentes do ensino fundamental II, identificados no quadro abaixo com **nomes fictícios**.

**Quadro 2 - Características dos professores participantes da pesquisa**

Nome	Disciplina	Formação	Tempo de Magistério	Experiência com ANEES
João	Matemática	Matemática	3	3
Antônia	Ciências	Biologia – Licenciatura	7	7
Reginaldo	Inglês	Letras Inglês -	3	2
Giovana	Português	Letras Português	4	2
Ana	História	História – Licenciatura	10	3
Maria	Intérprete	Pedagogia	2	2
Suelen	Aluna	8º ano do Ensino fundamental II	-	-

Fonte: Elaborado a partir dos dados repassados pelos participantes da pesquisa

Todos os professores são formados pela Universidade Federal do Acre- UFAC e atuam em suas respectivas áreas. Os integrantes aceitaram participar da pesquisa, pois

acreditam ser de suma importância para a melhoria e qualidade do ensino, visto que a inclusão ainda é algo que precisa ser melhorado.

Participa também da pesquisa a aluna Suelen (nome fictício), que tem 14 anos, está cursando o 8º ano e frequenta a escola desde o 1º ano do ensino fundamental. A mesma apresenta surdez profunda bilateral, adquirida por uma infecção aos três anos. Filha de pais ouvintes domina a língua de sinais, pois, desde o 4º ano do ensino fundamental é acompanhada por uma intérprete na sala de ensino regular.

A escolha dos participantes (professores) se deu pelo fato de ministrarem aula na sala da aluna e serem responsáveis diretos pelo processo de ensino-aprendizagem da mesma. A escolha de Suelen se deu pelo fato de ser a única aluna surda frequentando a escola.

### **3.4 Materiais**

Para a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- Celular Samsung;
- Roteiros impresso para entrevistas;
- Papel sulfite;
- Caneta;

### **3.5 Instrumentos de Construção de dados**

O principal instrumento utilizado neste trabalho para construção de dados foi à entrevista semiestruturada. As entrevistas com os professores aconteceram na escola nos horários vagos de cada professor. Com a aluna a entrevista ocorreu no turno contrário às suas aulas. O roteiro da entrevista realizada com os professores regentes era composto de 14 perguntas que teve como objetivo identificar aspectos como: comunicação, metodologias, avaliação e as dificuldades encontradas por esses profissionais para a realização do seu trabalho. O roteiro de entrevista da aluna era composto de 23 perguntas com o objetivo de entender a sua relação com a comunidade escolar (professores, colegas de turma, gestão escolar etc.), a sua visão de inclusão, preconceito, comunicação, as dificuldades encontradas pela mesma para a efetivação da aprendizagem etc. O questionário da intérprete era composto por 12 perguntas e estava direcionado para a relação da mesma com a aluna e os professores, a sua função dentro



do processo de ensino aprendizagem do aluno/surdo, a comunicação com os demais membros e as dificuldades encontradas por ela dentro desse processo.

### **3.6 Procedimentos de Construção de Dados**

A referida escola foi escolhida por apresentar um número elevado de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, uma vez que desde 2009 é considerada escola Polo devendo receber as crianças matriculadas em outras instituições para atendimento em sala de recursos, por determinação da SEE (Secretaria Estadual de Educação). Todos os professores participantes são colegas de trabalho da pesquisadora, tendo em vista que trabalham na mesma instituição. A pesquisadora conversou com todos os professores e com a intérprete explicando o tema do trabalho de conclusão e se era de seu interesse participar da pesquisa. Os professores regentes e a professora intérprete responderam afirmativamente.

Quanto à aluna Suelen a pesquisadora teve a oportunidade de entrevistá-la no contra turno, uma vez que ela frequenta a sala de recursos duas vezes por semana. Para a comunicação com a aluna foi solicitada a colaboração da professora do AEE, que é alfabetizadora em libras e atende a aluna na sala de recursos. Também com o auxílio da professora do AEE, por meio de uma conversa expliquei à aluna o tema da pesquisa e qual o objetivo que queria alcançar. A aluna Suelen aceitou participar mediante a autorização dos pais.

Como procedimentos éticos, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi apresentada à instituição, na qual a pesquisa foi realizada, uma carta de apresentação da pesquisadora, assinada por representante do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Também foi recolhido o termo de aceite da instituição que contribui para a pesquisa.

### **3.7 Procedimentos de Análise de Dados**

A análise dos resultados foi organizada por meio de quatro temas que tiveram como objetivo identificar os diferentes pontos abordados por meio da entrevista. Dentre eles estão: metodologias e estratégias utilizadas pelo professor regente para que se efetive a aprendizagem; a importância do intérprete na sala de ensino regular; a

comunicação entre professor e aluno surdo; avaliação de alunos surdos no contexto escolar.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Metodologias e estratégias utilizadas pelo professor regente para que se efetive a aprendizagem

A metodologia utilizada pelos professores em sala de aula é um dos processos essenciais para a consolidação da aprendizagem. No caso de salas de aula regular nas quais estudam crianças surdas, essa metodologia exige um compromisso ainda maior dos professores, pois nem sempre essas crianças e professores dominam a língua de sinais ou dispõem de um professor intérprete em sala.

Todavia faz-se necessário a utilização de estratégias e recursos que possibilitem a participação da criança junto ao seu processo ensino-aprendizagem. Tais estratégias devem considerar a leitura, escrita e produção para que o aluno possa desenvolver suas capacidades cognitivas, tornando-se um membro ativo na sociedade no qual está inserido.

No entanto, após a análise da entrevista percebeu-se uma limitação dos professores regentes em relação à transposição didática, pois os mesmos ministram aulas expositiva/dialogada. Alguns fazem uso de imagens no caso de algumas disciplinas como, por exemplo, História e Ciências, pois segundo eles, a utilização de recursos visuais facilita na compreensão dos conteúdos, desenvolvendo as mesmas habilidades dos alunos ouvintes.

Tanto as explicações do conteúdo quanto as dificuldades apresentadas por Suelen são repassadas por meio da língua de sinais pela intérprete, que muitas vezes demonstra dificuldade para compreender o que está sendo exposto, principalmente nas disciplinas que não apresentam sinais em libras, tendo que fazer uso da datilologia.

#### **As estratégias utilizadas para explicar os conteúdos para Suelen**

*“Utilizo bastante palavras destacadas para os conteúdos gramaticais no quadro para facilitar a compreensão da aluna e para os assuntos em geral a professora interpreta para a aluna”.* (Reginaldo)

*“Na verdade, eu explico e a intérprete vai fazendo a explicação pra ela, se ela tem alguma dúvida é a intérprete que me pergunta”.* (Giovanna)

*“Bem como nem toda vida, nem toda aula eu posso está fazendo os sinais todos para a Suelen, só algumas coisas que eu consigo, como também não sou bem prático na área, são dois cursos apenas, então eu faço assim alguma coisa eu interpreto para ela com sinais e na maioria das vezes eu procuro trazer imagem para ajudar com que ela possa ter uma visão melhor do conteúdo, porque eu percebo que a imagem ajuda muito ela, e consegue ver pegar, pegar quando possível”.* (Ana)

*“Bom, em sala nós temos a professora intérprete que faz essa comunicação entre mim e ela, faz uma ponte né. Na ausência dessa professora, às vezes acontece eu tento utilizar de alguns alunos que dominam libras nós temos alunos que lidam com a Suelen e que sabem libras também ou eu faço apontamentos pra ela demonstro no livro, sublinho, destaco informações para tentar fazer ela compreender melhor”.* (Antônia)

*“Pra Suelen ela não tem. A dificuldade dela é apenas a deficiência mesmo. Ela é uma aluna normal como às outras, então assim eu não tenho uma estratégia diferenciada. Com ela seria só a comunicação com a mediadora que é a Maria, nada além né”.* (João)

Podemos perceber então, que vários são os desafios enfrentados por uma pessoa com deficiência, visto que normalmente cobra-se delas a aprendizagem e domínio técnico da linguagem. E também para própria escola, cujo currículo prioriza tal aprendizagem. Apesar de atualmente verificarmos tentativas de ensino da língua materna a partir das experiências dos alunos, dos textos que fazem parte de sua realidade, é difícil para professores e alunos compreenderem como agir para garantir que a aprendizagem realmente ocorra, especialmente porque os recursos disponibilizados não são suficientes. A formação dos profissionais ainda é mínima e, principalmente, ainda não realizamos a função de mediadores da aprendizagem da leitura e da escrita. Aprender a ler e a escrever são habilidades/competências individuais que podem ser favorecidas pela escola, pelo meio, nas relações que estabelecemos com os outros, mas cabe a cada um de nós descobrir qual o processo mais interessante/produtivo para adquirir tal competência.

## 4.2 A importância do intérprete na sala de ensino regular

O intérprete de sinais é um profissional que tem como função interpretar uma determinada língua por meio da língua de sinais. No Brasil o intérprete deve dominar a língua de sinais e a Língua Portuguesa, podendo atuar nas mais diversas áreas, entre elas: escolas, palestras, reuniões, igrejas etc.

Seu papel é de fundamental importância no processo ensino aprendizagem dos alunos na sala de ensino regular, devendo o mesmo ser um canal de comunicação entre o professor/ aluno surdo e demais colegas, transmitindo as explicações de conteúdos, questionamentos e dúvidas possibilitando a esse aluno a participação direta no seu processo ensino aprendizagem e demais espaços escolares. A formação desses profissionais está limitada a cursos de pós-graduação.

*“A intérprete ouve tudo o que professor fala e repassa em libras”. (Suelen-aluna)*

*“Nosso trabalho é ser o mediador entre o professor e a Suelen. O que a Suelen quer passar para os professores e o que eles não entendem eu falo pra eles e o que eles querem dizer pra ela, eu também transmito a ela”. (Intérprete – Maria)*

A professora Maria atua na sala do 8º ano do ensino regular da escola São Judas (nome fictício), a mesma é formada em Pedagogia e está cursando pós-graduação em Educação Inclusiva. Atua há dois anos como intérprete na sala de ensino regular. Seu trabalho está direcionado para a mediação entre a aluna Suelen e os professores regentes considerando que a mesma tem mais de um professor. Todo o conteúdo e explicações são repassados para a aluna por meio de Libras e através da oralidade quando são repassadas as dúvidas da aluna para os professores. Para a intérprete sua maior dificuldade está relacionada ao fato de algumas disciplinas como no caso de ciências, geografia e História não apresentarem sinais em libras, tendo que criar “sinais” próprios e estratégias que possam ajudar a aluna a entender o que está sendo passado ou utilizar a datilologia.

*Tem muitos conteúdos que não tem sinais. Essa daí é uma das grandes dificuldades. Quando o conteúdo é muito complexo que não tem sinal*

*agente tem que dar exemplos e buscar alguma forma de fazer com que o aluno entenda, porque tem muitas coisas que são necessárias ele saber e que não tem sinal e ainda não foram criados e a gente tenta dar exemplo, tenta trazer para o dia a dia dele até fazer ela entender. (Intérprete Maria).*

Percebe-se que Maria vai além do papel de interpretar a fala dos professores. Maria utiliza vários recursos para ajudar a aluna a compreender os conteúdos trabalhados em sala e assim efetivar a aprendizagem. (LACERDA, 2005 p.2) enfatiza que “o intérprete assume várias funções que não condiz com suas atribuições, dentre elas: ensinar língua de sinais, atender as demandas pessoais do aluno, atuar frente ao comportamento do aluno, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno”.

*Eu passo os conteúdos e as explicações para libras, só que eu gosto também de usar imagens, trazer vídeos. A presença de figuras ela ajuda muito nesse processo de ensino aprendizagem do surdo. (Intérprete Maria)*

O papel desse profissional, embora ainda caminhe em passos lentos, vem contribuindo bastante para o trabalho com crianças surdas que frequentam as salas de ensino regular, pois, sem a sua presença não haveria nenhuma possibilidade dessas crianças aprenderem tendo em vista que a maioria dos professores regentes não dominam libras. Isso fica visível na medida em que os professores relatam que na ausência da intérprete a comunicação se torna mais difíceis, precisando se comunicar através de gestos, desenhos ou utilizar os alunos de sala que dominam a língua de sinais.

#### **4.3 A comunicação entre professor e aluno surdo**

Embora a Lei 10.436/02 reconheça a língua de sinais como meio de comunicação e expressão legal e determine a inclusão de disciplina de libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudióloga, ainda não é possível perceber muitos professores que dominam a língua de sinais. Assim, outras formas de comunicação são utilizadas com os alunos surdos. (BRASIL, 2002).

De todos os professores que ministram aula para Suelen, somente a professora Ana, se comunica com a aluna por meio de libras, pois a mesma se disponibilizou a aprender a língua de sinais e já está finalizando a segunda etapa do curso intermediário.

*Hoje a comunicação já está direta. Logo quando cheguei à escola, eu não sabia nada sobre a questão de deficiência, sobre surdez, libras não entendia nada, então eu comecei a buscar entender, hoje eu me comunico normal com ela.*

**(Ana)**

Os demais professores dependem estritamente da intérprete Maria, pois, não dominam a língua de sinais, se comunicando apenas por meios de gestos, desenhos, apontamentos etc. Esses professores conhecem poucas expressões, palavras como, por exemplo: bom dia, boa tarde, boa noite, obrigado, ou alguns sinais que aprenderam por meio de oficinas que são oferecidas pela escola e ministradas por profissionais do NAPI (Núcleo de Apoio Pedagógico a Inclusão).

#### **A comunicação entre professores e a aluna Suelen**

*É uma comunicação um pouco limitada. Eu não tenho um curso de libras completo, então eu sei apenas algumas palavras, expressões. É um pouco limitada acaba sendo muito mais gestual do que mesmo propriamente a libras.*

**(Antônia)**

*Através da intérprete que tem na sala de aula, eu escrevo numa folha então eu me comunico através de gestos.* **(Giovanna)**

*Através da intérprete.* **(Reginaldo)**

*Agora, tem a mediadora que no caso é a Maria. A Maria é uma ponte entre o conhecimento que eu tenho que passar e a Suelen.* **(João).**

*Só com alguns professores eu converso em libras, outros com gestos e a maioria dos alunos estudam comigo desde o 6º ano, portanto já consegue se comunicar em libras.* **(Aluna Suelen)**

*É nós intérprete que fazemos a maioria da comunicação entre eles. Tem professor que está fazendo o curso e que se comunica muito bem com ela, como*

*é o caso da Ana. A Ana se comunica com a Suelen sem precisar de mim, já os outros a maioria das coisas não entendem e a gente precisa tá oralizando.*

**(Intérprete Maria)**

Portanto faz-se necessário que os professores regentes aprendam a língua de sinais para se comunicarem diretamente com os alunos/surdo e estreitem relações com os mesmos, para que essa responsabilidade não fique diretamente com a intérprete. (LACERDA, 2005, p. 3).

#### **4.4 A avaliação de alunos surdos no contexto escolar**

A avaliação escolar é parte integrante do processo ensino aprendizagem e tem como objetivo desenvolver as capacidades intelectual, social e moral dos educandos. Para que isso aconteça faz-se necessário uma ação pedagógica voltada para a autonomia e independência do aluno.

Para cumprir as exigências do processo de ensino, a avaliação deve cumprir a função de diagnosticar, cujo objetivo é identificar as dificuldades e avanços do educando ao longo do processo ensino aprendizagem (início, durante e no final). (LIBÂNEO, C.J.1994 p.197)

A avaliação diagnóstica (inicial) consiste em identificar os conhecimentos prévios dos alunos em relação aos conteúdos do ano anterior e a partir daí desenvolver o planejamento voltado para os conteúdos que deve ser ensinado em determinada unidade, partindo dos conhecimentos adquiridos pelo educando.

Durante o processo de ensino aprendizagem, a avaliação se volta para o acompanhamento do educando no sentido de corrigir os erros, esclarecer as dúvidas, estimulando-os para que os mesmos avancem superando as dificuldades e alcançando os resultados positivos. A função de controle está relacionada às formas e quantidades de verificação dessa aprendizagem. Esse controle pode acontecer de forma parcial e estão direcionadas as atividades desenvolvidas durante o bimestre, semestre ou final quando há exames finais. (LIBÂNEO, 1994, p. 197).

Os instrumentos de avaliação devem proporcionar a cada um dos educandos, em especial os que apresentam necessidades educacionais, condições necessárias para que os mesmos desenvolvam suas capacidades cognitivas, considerando que cada um tem seu tempo e sua maneira de aprender, o que exige que o professor regente



desenvolva estratégias de aprendizagem diferenciadas. Para isso, os docentes devem refletir sobre os instrumentos de avaliação que estão sendo utilizados para verificar a aprendizagem, se os mesmos estão trazendo resultados significativos para a turma ou se deve muda-los, pois, o planejamento é flexível e a avaliação é contínua, logo se deve considerar a importância de mudança quando necessário.

A avaliação no contexto escolar tem considerado muito mais os resultados quantitativos, quando deveria considerar os aspectos qualitativos. O ato de avaliar não deve considerar apenas as notas e sim a qualidade do ensino.

### **Como acontece a avaliação da aluna Suelen?**

*Acontece da mesma forma como para os demais alunos, apenas com um tempo maior para a realização das atividades, por tratar-se de outra língua.*  
**(Reginaldo)**

*Ela faz avaliação que nem os outros alunos, quando é atividade em dupla ela faz com a dupla ela faz normal que nem os outros.* **(Giovanna)**

*Bem, a avaliação da Suelen, é normal como todos os outros alunos, o que vai diferenciar delas, é que na avaliação dela sempre como eu coloco eu procuro colocar as questões da imagem lá no início, e de preferência as questões de múltiplas escolhas, por que ai vai ser mais fácil para ela, por que ai como ela não tem um bom domínio da leitura e da escrita, fica mais difícil para ela, então eu faço avaliação e no decorrer da aula também ela é muito participativa, ela pergunta quando não entende, isso é uma forma de estar avaliando ela também.*  
**(Ana)**

*A avaliação da Suelen é normal assim como eu avalio os outros alunos. Como eu falei anteriormente ela é muito inteligente. Ela aprende muito fácil, então eu não preciso diferenciar a avaliação pra Suelen pra ela poder acompanhar não. Eu consigo fazer com ela assim como os demais algumas situações são claro se diferenciam, por exemplo, se eu peço uma produção textual pra Suelen a produção dela eu tenho que corrigir adaptadamente porque ela não usa preposição, artigos, os verbos são todos no infinitivo e eu tenho que compreender isso, saber dessas informações pra na hora que eu for corrigir isso eu levar em consideração, mas as demais avaliações são normais. Ela apresenta*

*trabalhos como os demais, ela faz provas escritas, prova com questões objetivas e subjetivas e ela se sai muito bem. (Antônia)*

*A avaliação dela não tem diferença não. Assim, a mediadora pega somente pra explicar pra ela alguma coisa. Mas pra ela não tem nem um método diferenciado em relação à avaliação. (João)*

*Tenho um pouco de dificuldade nas provas de geografia, porque a professora não me dá um tempo a mais nas minhas provas. Ela quer que eu faça no tempo dos ouvintes (aluna Suelen).*

Deve-se proporcionar a todos os alunos a participação como agentes do seu processo de ensino aprendizagem, garantindo que todos possam evoluir. Percebe-se que a aluna Suelen desenvolve as mesmas atividades avaliativas, o que se diferencia são alguns aspectos que são necessários para que ela consiga desenvolvê-la com eficiência, dentre eles: tempo suficiente para que a mesma conclua com qualidade, a utilização de imagens nas atividades avaliativas, pois, os alunos surdos aprendem mais e melhor por meio da visão, fazendo-se necessário a utilização de recursos diferenciados etc., realiza trabalhos em grupos e apresentações expositivas com a colaboração da intérprete.

Para o docente o que deve ser levado em consideração são os critérios de avaliação, pois, os alunos surdos não fazem uso dos conectivos, logo atividades como produção textual não deve ser avaliada da mesma forma dos demais. O ensino oferecido deve proporcionar a essa criança a oportunidade de superar suas dificuldades e limitações, pois, segundo Libâneo (1994, p. 201) a avaliação deve:

Ajudar todas as crianças a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. Os alunos não são iguais, nem no nível socioeconômico nem nas suas características individuais. A avaliação possibilita o conhecimento de cada um, da sua posição em relação á classe, estabelecendo uma base para as atividades de ensino aprendizagem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na escola de Ensino fundamental II São Judas (nome fictício) teve como objetivo identificar a forma de comunicação entre professor e aluno surdo do ensino fundamental e como essa comunicação interfere no processo de ensino aprendizagem desses alunos tendo em vista que a grande maioria dos professores regentes não domina a língua de sinais.

Ao longo desse trabalho pode-se perceber que há uma limitação de todos os profissionais que estão ligados diretamente com a aprendizagem da aluna Suelen, pois, todos eles dependem exclusivamente da intérprete que atua em sala, comprometendo dessa forma o desenvolvimento cognitivo e afetivo da aluna. Tudo isso se deve ao fato de que a comunicação é de responsabilidade da intérprete, uma vez que a mesma repassa para os professores e a aluna tudo o que ambas as partes precisam saber, dentre elas: explicações dos conteúdos e atividades que serão desenvolvidas em sala, dúvidas apresentadas no decorrer das aulas e etc.

Destaca-se ainda, que embora a escola disponha de um professor intérprete na sala de aula regular, muito ainda deve ser feito para que aconteça realmente a inclusão desse educando. O desenvolvimento cognitivo e social nem sempre acontece, pois, sua aprendizagem tem se limitado ao ensino de libras e a inclusão desse aluno por meio da matrícula ao ensino regular, quando na verdade se faz necessários professores capacitados para lidar com crianças com necessidades educacionais nesse caso a surdez.

Assim, faz-se necessário que todos os professores regentes se disponibilizem a conhecer e dominar a língua de sinais, para que cada um deles possa realmente interagir e dialogar com seus alunos surdos, desenvolver metodologias e estratégias que favoreçam a aprendizagem da língua portuguesa na modalidade oral e escrita. Só assim ele terá a oportunidade de desenvolver seu lado crítico e social, contribuindo como elemento fundamental no seu processo ensino aprendizagem.

Para que aconteça integração de todos os educandos surdos é necessário que se ofereça uma educação pautada no desenvolvimento do educando como sujeito do processo ensino aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo capaz de torná-lo um cidadão crítico exercendo a cidadania na sociedade a qual faz parte. Quando a escola trabalha com esse objetivo ela oportuniza o educando/surdo a continuar as etapas de ensino e futuramente ingressar no mercado de trabalho como um membro ativo no desenvolvimento social do país.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BEIGUELMAN, Bernardo. **A interpretação genética da variabilidade humana.** Ribeirão Preto: SBG, 2008.152p.

SANTANA, Ana Paula e BERGAMO, Alexandre. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005 565 Disponível em: <http://cedes.unicamp.br> Acesso em 13 out 2015.

Beyer, H.O. **Educação inclusiva ou integração escolar? implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas.** Ensaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 146 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal. 05/10/1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 01 out. 2015.

BOOTH, Tony; AINSCOW, M. **Index para a inclusão-desenvolvendo a aprendizagem e participação na escola.** Tradução de Mônica Pereira dos Santos. Rio de Janeiro: LAPEADE, 2012.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 15 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de educação especial. Brasília: secretaria de educação Especial, 2010. 72p.

CAPOVILLA, Fernando C. **Avaliação escolar e políticas públicas de educação para os alunos não ouvintes**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timonthy; BARREIROS, Débora (Orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

KELMAN, Celeste Azulay [et al.] **A pessoa com surdez na escola. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. Brasília: Editora UnB, 2010. 280 p.: il. color; 23 cm.

KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta Porto. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontifca Universidade Católica do Paraná, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental**. São Paulo: 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. – (coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.A.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2\\_b.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

VILAR, Maria Auxiliadora Monteiro e LLERENA JUNIOR, Juan Clinton. **Aspectos biológicos da deficiência auditiva**. Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2008.

TEIXEIRA, Vera Lúcia Macedo de Oliveira; CARVALHO, Livia de Oliveira Teixeira Dias. **Deficiência auditiva na escola: entre a realidade e o preconizado por estudiosos**

da educação. Revista Eletrônica Univar, 2011, n. 8 p. 98. Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/>. Acessado em: 10 out. 2015.

## APÊNDICES

### **Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada para os professores regentes da Escola**

1. Qual o seu tempo de trabalho na área de educação? E com alunos com algum tipo de deficiência?
2. Qual a sua formação?
3. Qual a disciplina e para quais séries leciona?
4. Como está sendo a sua experiência com alunos com deficiência auditiva? Quantos alunos com deficiência auditiva?
5. Como se dá a comunicação entre você e a aluna Helen?
6. Você já participou de algum curso sobre deficiência auditiva, alguma oficina ou curso de libras?
7. (Em caso afirmativo)E esta formação trouxe algum tipo de contribuição ao seu cotidiano na docência para aluno com deficiência auditiva? Comente sobre isso.
8. Quais as estratégias que você utiliza para explicar os conteúdos para Helen?
9. Como você percebe quando a aluna está compreendendo ou não a o conteúdo?
10. Quais as suas alternativas quando isso acontece?
11. Como acontece avaliação da aluna Helen?
12. Como você percebe o relacionamento do aluno com deficiência e os demais alunos da sala? Há interação e respeito?
13. Existe alguma diferença em ministrar aulas para alunos com ou sem deficiência?
14. Quais as maiores dificuldades ou facilidade em sua disciplina?

**Apêndice B - Roteiro de entrevista do interprete**

1. Qual a sua formação/Graduação?
2. Há quanto tempo trabalha com alunos com alunos surdos?
3. Como é a formação para trabalha com alunos surdos?
4. Como se dar a comunicação entre você e a aluna Helen?
5. Como é o trabalho do interprete em sala de aula?
6. Como você realiza a mediação da comunicação entre a aluna Helen e o professor regente?
7. Como você observa a relação entre os professores regentes e a aluna?
8. Fale-me sobre as estratégias observadas por você, que os professores utilizam para facilitar a comunicação com Helen.
9. Você acompanha a aluna em todas as aulas?
10. Determinados conteúdos ou disciplinas podem dificultar ou facilitar a comunicação com aluno surdo? Comente sobre como você observa essa situação no caso de Helen?
11. Todo o conteúdo da disciplina é repassado para aluna por meio de LIBRAS ou existem outras estratégias? Comente sobre isso.
12. Quais as dificuldades encontradas por você, no que se refere ao repasse dos conteúdos para alunos?



**Apêndice C – Roteiro de entrevista do (a) aluno (a)**

1. Qual o seu nome e quantos anos você tem?
2. Em que momento da sua vida a surdez surgiu?
3. Conte-me sobre o seu cotidiano em sala de aula?
4. Como você se comunica com seus professores e colegas? Como você faz para contorná-lo?
5. Você sabe LIBRAS?
6. Com que idade você começou aprender LIBRAS?
7. Em sua opinião, para que serve o aprendizado de LIBRAS?
8. Como é o aprendizado de português para você?
9. Você acha importante o aprendizado das duas línguas?
10. Você tem interprete em sala de aula? Em caso positivo, desde quando?
11. Qual a função da interprete em sala de aula?
12. Você frequenta a sala de recursos no contra turno?
13. Como acontece o seu aprendizado na sala de recurso?
14. Você já sofreu algum tipo de preconceito na escola?
15. Se você já sofreu preconceito, em que situação isso aconteceu?
16. O que você considera que seja sua maior dificuldade para aprender? Comente?
17. Em quais as disciplinas ou conteúdos você tem mais facilidade? Comente?
18. O que você acha necessário na escola para que o seu aprendizado fique melhor?
19. Em sua opinião, o que a escola poderia fazer para melhorar a comunicação entre seus professores ou colegas e você?
20. Você percebe alguma preocupação em adequar as aulas, ou seja, trazer recursos diferenciados para que você compreenda melhor os conteúdos? De que forma?
21. Você se sente incluída no seu ambiente escolar? Comente?
22. Você gostaria de mi dizer mais alguma coisa?
23. Como foi participar desta entrevista com migo?



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### **Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (nome completo do responsável pela instituição), da \_\_\_\_\_ (nome da instituição) está de acordo com a realização da pesquisa

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (entrevistas, observações e filmagens etc) do atendimento \_\_\_\_\_ (local na instituição a ser pesquisado) com \_\_\_\_\_ (participantes da pesquisa). A pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (tempo de duração em dias), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo do responsável pela instituição), \_\_\_\_\_ (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_